



EDITAL Nº 446/15 - PROGEPE – CONCURSO PÚBLICO

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, conforme Portaria n.º 2590 de 26/09/97, e considerando o disposto no Decreto n.º 6.944, de 21/08/2009, na Portaria MEC n.º 243 de 03/03/11, publicada no Diário Oficial de União de 04/03/11, na Portaria Normativa Interministerial MP/MEC n.º 22, de 30/04/07 publicada no Diário Oficial da União de 02/05/07, retificada pela Portaria Normativa Interministerial MP/MEC n.º 224, de 23/07/07 publicada no Diário Oficial da União de 24/07/07, no Decreto n.º 7485, de 18/05/11, publicado no Diário Oficial da União de 19/05/11, alterado pelo Decreto n.º 8.259, de 29/05/2014, publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2014, na Portaria Interministerial MP/MEC n.º 182, de 20/05/13, publicada no Diário Oficial da União de 21/05/2013, e na Lei n.º 12.772 de 28/12/12, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/12, alterada pela Lei n.º 12.863 de 24/09/13, publicada no Diário Oficial da União de 25/09/13, torna público que estarão abertas as inscrições por 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União do presente Edital, para provimento de cargos de professor da Carreira do Magistério Superior, para o Quadro Permanente desta Universidade, na cidade de Curitiba/PR, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas e Federais em conformidade com a Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, para o Setor de Ensino abaixo especificado:

1 – DO CONCURSO

1.1 – Setor: Ciências Humanas

1.1.1 – Coordenação do Curso de Letras Libras

1.1.1.1 – Área de Conhecimento: Linguística/Linguística da Língua de Sinais

Processo: 23075.016890/2014-15

Número de vagas: 01 (uma)

Número limite de candidatos habilitados: 05

Classe: A

Denominação: Assistente A

Nível: 1

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

Titulação Mínima Exigida: Mestrado em Letras/Linguística ou áreas afins, com dissertação na área de Língua Brasileira de Sinais ou Educação Bilíngue para surdos, obtidos na forma da Lei.

O conhecimento em Libras será avaliado na prova de Defesa do Currículo.

Tipos de Provas: Escrita (classificatória e eliminatória), Didática (classificatória e eliminatória), Análise de Currículo (classificatória) e Defesa do Currículo (classificatória).

Período provável para realização das provas: Segunda quinzena de Dezembro/2015, devendo o respectivo setor divulgar posteriormente em edital, as datas, locais e horários de realização das provas.

Taxa de Inscrição: R\$ 149,00

Local e horário das inscrições: O local e o horário das inscrições estão especificados no item 4.1.1 do presente edital.

2 – DA REMUNERAÇÃO

2.1 – A estrutura remuneratória do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal é composta por vencimento básico e retribuição por titulação (RT), conforme valores e vigências estabelecidos na Lei 12.772, de 28/12/12, publicada no DOU de 31/12/12, alterada pela Lei n.º 12.863 de 24/09/13, publicada no Diário Oficial da União de 25/09/13.

2.2 – A remuneração do professor Assistente A em regime de Dedicção Exclusiva será a seguinte:

- a) Remuneração Total: R\$ 5.945,98 - composta de: vencimento básico R\$ 4.014,00; retribuição por titulação R\$ 1.931,98 e,
b) Auxílio-Alimentação: R\$ 373,00

3 – DO CARGO

3.1 – Cargo: Professor de Magistério Superior - Criado através da Lei nº 7.596 de 10 de abril de 1987, estruturado pela Lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.863 de 24/09/13, publicada no Diário Oficial da União de 25/09/13.

3.2 – Descrição das atividades: aquelas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas em legislação específica.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 – A inscrição, acompanhada da documentação relacionada a seguir, será efetuada no seguinte endereço:

4.1.1 – Setor: Ciências Humanas

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício Dom Pedro I, 11º andar, Centro – CEP: 80060-150 – Curitiba – PR - Telefone (41) 3360-5092 / 3360-5095

Horário: das 9h às 13h.

As inscrições via correio, deverão ser encaminhadas via SEDEX e postadas até, no máximo, 05 (cinco) dias antes do término das inscrições.

4.2 – São requisitos para a inscrição:

a) requerimento de inscrição no qual o candidato declare estar ciente do contido neste Edital e nas Resoluções n.º 24/13-CEPE, e 10/05-CEPE (Tabela de Pontuação para Avaliação de Currículo) da Universidade Federal do Paraná. O requerimento pode ser obtido na internet no endereço eletrônico: <http://www.progepe.ufpr.br> ou será fornecido no respectivo Setor, onde serão realizadas as inscrições;

b) cópia de documento oficial de identidade;

c) certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE, no endereço eletrônico: <http://www.tse.gov.br>;

d) cópia do certificado de cumprimento das obrigações militares;

e) cópia da titulação ou documento equivalente, exigidos no concurso (graduação e pós-graduação, quando exigidos). Se a titulação foi obtida em instituição estrangeira, deverá estar revalidado no Brasil;

f) cópia da dissertação, conforme a titulação exigida no concurso;

g) comprovante de recolhimento da taxa de inscrição no valor especificado para a classe do concurso. A guia de recolhimento da taxa de inscrição deverá ser obtida na internet no endereço www.progepe.ufpr.br. As taxas só poderão ser pagas nas agências do Banco do Brasil. O valor pago não será devolvido em caso algum;

h) curriculum vitae, sem os documentos comprobatórios, os quais serão entregues em data a ser definida pela Comissão Julgadora. O curriculum vitae deverá ser apresentado de acordo com a seqüência da Tabela de Pontuação, conforme a Resolução nº 10/05 - CEPE que fixa tabela de pontuação para avaliação de currículo para concurso público para a carreira de magistério superior na UFPR.

Previamente a realização das provas, a comissão julgadora divulgará, através de edital, o local, a data e o horário para a entrega de 05 (cinco) cópias do *curriculum vitae*, sendo uma delas documentada, também apresentada de acordo com a seqüência da Tabela de Pontuação, conforme Resolução nº

10/05-CEPE. Para candidatos estrangeiros documentos, salvo artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos, deverão ter tradução juramentada em português.

i) os candidatos estrangeiros estão dispensados da apresentação da documentação relativa às letras “c” e “d”, ficando, entretanto obrigado à apresentação de documento que comprove situação regular no país, devendo na posse apresentar visto permanente ou protocolo de solicitação de transformação de visto temporário em visto permanente. Deverão apresentar também, no ato da inscrição, declaração de proficiência em língua portuguesa emitida por um órgão institucional.

j) os candidatos surdos deverão apresentar comprovante de condição auditiva, por meio de laudo audiométrico.

4.3 – É vedada a inscrição condicional.

4.4 – Os candidatos que estiverem no exercício efetivo de cargo de pessoal docente na Universidade, ficam dispensados da apresentação do documento oficial de identidade.

4.5 – Conforme Decreto 6.593 de 02/10/08, publicado no DOU 03/10/08, poderá ser concedida isenção de taxa de inscrição ao candidato que:

4.5.1 – estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007; e

4.5.2 – for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

4.5.3 – O pedido de isenção deverá ser solicitado mediante requerimento do candidato à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, à Rua Dr. Faivre, nº 590 – Centro, na Unidade de Recrutamento de Pessoas – 4º andar, acompanhado de:

a) indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

b) declaração de que atende à condição estabelecida no sub-ítem 4.5.2

4.5.4 – O prazo para solicitação de isenção de inscrição será de 10 (dez) dias corridos, contados do início do período de inscrição.

4.5.5 – A resposta acerca do deferimento ou não do pedido de isenção, será disponibilizada no site www.progepe.ufpr.br, após decorridos 05 (cinco) dias do término do prazo para solicitação de isenção.

4.5.6 – Aqueles que não obtiverem isenção deverão consolidar sua inscrição efetuando o pagamento do boleto bancário até o prazo final das inscrições para o concurso público.

4.5.7 – O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no item anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

4.5.8 – Não serão estornados valores de taxas de inscrição daqueles candidatos contemplados com isenção e que já tenham efetivado o pagamento da taxa de inscrição no concurso público a que se refere este edital.

4.6 – No ato da inscrição, o candidato que apresente necessidades especiais ou que necessite de atendimento diferenciado poderá requerer condições diferenciadas para a realização das provas, apresentando o atestado médico e preenchendo campo específico no requerimento de inscrição, que estará disponível no site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE.

4.6.1 – O atestado médico e o requerimento de inscrição devem ser entregues juntamente com os documentos relacionados no item 4.2 para a inscrição no concurso, que pode ser pessoalmente ou, enviados pelo correio via sedex postados até, no máximo, 05 (cinco) dias antes do término das inscrições, no seguinte endereço:

Setor de Ciências Humanas

Endereço: Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, Centro – CEP: 80060-150 – Curitiba – PR

Citando no envelope: Assunto: Concurso Público PROGEPE – Edital nº 446/2015

4.6.2 – O atestado médico deve ser assinado por um médico da área e deverá conter a descrição da espécie e do grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. Deve ainda conter o nome, assinatura e CRM do médico que forneceu o atestado.

4.6.3 – Não será concedido atendimento especial a candidatos que não efetuarem o pedido.

4.6.4 – São condições diferenciadas: prova ampliada, solicitação de leitor, tradutor e intérprete de libras/Língua Portuguesa, intérprete para leitura labial e mobiliário especial.

4.7 – O atendimento às condições diferenciadas solicitadas ficará sujeito à análise e razoabilidade do pedido.

4.8 – O setor responsável pelo recebimento das inscrições, publicará em edital, o resultado da apreciação das inscrições.

4.9 – Caberá recurso à indeferimento das inscrições conforme Art.13, Inciso 2º da Resolução 24/13-CEPE, solicitando se necessário, apoio de Tradutor e Intérprete de Libras.

5 - DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 – Às pessoas com deficiência é assegurado o direito a inscrição nos Concursos Públicos para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, de acordo com o inciso VIII, do Art. 37, da Constituição Federal, e § 2º do Art. 5º, da Lei nº 8.112/90 de 11/12/1990.

5.2 – Consideram-se portadores de deficiência às pessoas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto nº 3.298/99, publicado no DOU de 21/12/1999.

5.3 – Conforme estabelecido no Art. 37, § 1º do Decreto nº 3.298/99, o percentual mínimo de reserva de vagas à pessoas com deficiência é de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, e o máximo é de 20% (vinte por cento), conforme estabelece o Art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/90.

5.4 – Considerando os percentuais citados no subitem 5.3, não se aplica a reserva de vagas às pessoas com deficiência, para os cargos cuja área de conhecimento ofereça menos de 05 (cinco) vagas.

6 - DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS

6.1 – Fica assegurado aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, nos termos da Lei nº 12.990, de 09/06/2014, publicada em D.O.U. em 10/06/2014.

6.2 – Conforme §1º do art. 1º da Lei nº Lei nº 12.990/2014, a reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

6.3 – Considerando o citado no subitem 6.2, não se aplica a reserva de vagas aos negros, para os cargos cuja área de conhecimento ofereça menos de 03 (três) vagas.

7 - DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO

7.1 - As datas prováveis de realização das provas estão indicadas no item 1 deste edital.

7.2 – O Setor realizador do concurso divulgará em edital a data e horário de realização das provas e a composição da comissão julgadora.

7.3 – Caberá recurso em relação a comissão julgadora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do edital de divulgação da mesma pelo Conselho Setorial.

8 - DAS PROVAS, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

8.1 – O programa de provas terá publicidade e estará disponível aos candidatos, no Setor de Ciências Humanas, onde serão recebidas as inscrições, e também no endereço eletrônico www.progepe.ufpr.br, e deverá ser considerado parte integrante deste edital.

8.2 – Nas etapas do concurso em que houver manifestação verbal, as provas serão gravadas em áudio e vídeo.

8.3 – Os tipos de provas citados no item 1 do presente edital seguirão as normas estabelecidas no Capítulo IV da Resolução 24/13-CEPE da Universidade Federal do Paraná, resguardadas as condições de acessibilidade aos candidatos que comprovarem sua condição por meio de laudo audiométrico.

8.4 – Anteriormente ao período destinado à realização da prova escrita, será reservada uma hora para que os candidatos possam, no mesmo recinto da prova, realizar consulta de material bibliográfico e anotações realizadas pelos próprios candidatos, com exceção de meios eletrônicos.

8.4.1 - Aos candidatos surdos será facultada a possibilidade de realização da prova escrita, na modalidade bilíngue, ou seja, em português como segunda língua e em Língua Brasileira de Sinais – Libras, devendo, formalizar o pedido anteriormente ao início da prova escrita.

8.4.2 - Os candidatos surdos que optarem pela prova escrita, na modalidade bilíngue, conforme subitem 8.4.1, terão tempo adicional, estabelecido pela comissão julgadora, para realizar a prova escrita.

8.4.3 - Os candidatos surdos poderão realizar a leitura da prova escrita em Língua Brasileira de Sinais – Libras, com o apoio de Tradutor e Intérprete de Libras.

8.4.4 – Para os candidatos surdos serão utilizados critérios diferenciados na correção da prova escrita, que valorizem o aspecto semântico (CONTEÚDO) em detrimento do aspecto estrutural (FORMA) da linguagem, reconhecendo sua singularidade linguística quanto ao domínio do português como segunda língua.

8.5 – Aos candidatos surdos será facultado a realização da prova didática em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

8.6 – A prova de defesa do currículo constará de exposição acerca da produção acadêmica e trajetória profissional do candidato, obrigatoriamente em Libras, em tempo a ser estabelecido pela comissão julgadora, além da submissão do candidato à arguição, conforme estabelece o artigo 37 da Resolução 24/2013-CEPE. A arguição poderá ser realizada em Libras e/ou Língua Portuguesa.

8.7 – Em todas as provas, caso seja necessário, será garantido o apoio de profissionais Tradutor e Intérprete de Libras aos candidatos surdos, que serão designados por meio de edital do Setor de Ciências Humanas.

8.8 – Concluídas todas as provas, a comissão julgadora em sessão pública, emitirá parecer conclusivo considerando cada candidato habilitado ou não.

8.9 – Os envelopes com a pontuação obtida serão abertos em público, e as planilhas de pontos serão preenchidas à vista dos candidatos ao certame.

8.10 – As pontuações obtidas pelos candidatos em cada uma das provas serão somadas.

8.10.1 – Será considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação média igual ou superior a 7 (sete) na escala de 0(zero) a 10 (dez), além de pontuação igual ou superior a 7 (sete) na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com pelo menos 3 (três) examinadores em cada uma das provas escrita e didática, independentemente da pontuação obtida na prova de análise de currículo e de defesa do currículo.

8.10.2 – A classificação final dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente da soma dos pontos obtidos nas provas escrita, didática, análise do currículo e de defesa do currículo.

8.10.3 – Serão considerados habilitados apenas os candidatos classificados dentro do limite máximo estabelecido no item 1 deste edital, salvo em caso de empate na última classificação.

8.11 – Em caso de empate envolvendo candidato idoso o primeiro critério de desempate será a idade. Tal direito é assegurado aos candidatos que se enquadrarem na condição de idoso, ou seja, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

8.12 – Os demais critérios de desempate estão estabelecidos no Artigo 38 da Resolução nº 24/13-CEPE, § 6º, inciso II.

9 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 – O resultado do concurso, uma vez homologado, será publicado no Diário Oficial da União, e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas efetuará o provimento da(s) vaga(s).

9.2 – No transcorrer do concurso, caberá pedido de reconsideração na forma do Artigo 39 da Resolução 24/13-CEPE, solicitando, se necessário, apoio de Tradutor e Intérprete de Libras.

9.3 – Caberá recurso do resultado final do concurso, conforme Artigo 41 da Resolução 24/13 – CEPE, solicitando, se necessário, apoio de Tradutor e Intérprete de Libras.

10 - DO PROVIMENTO DA VAGA

10.1 – O provimento ocorrerá no nível inicial da respectiva classe, com a remuneração fixada em lei, no Regime Jurídico Único de que trata a Lei n.º 8112, de 11/12/90, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação do concurso público.

10.2 – O candidato aprovado que for convocado para assumir o cargo somente será empossado se for considerado apto física e mentalmente para o cargo pretendido, através de avaliação clínica, médico-ocupacional e laboratorial realizada pelo Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional da Universidade Federal do Paraná, sendo a rotina básica complementada por exames clínicos e/ou laboratoriais especializados, sempre que necessários.

10.3 – Quando da posse, o candidato habilitado deverá apresentar os comprovantes exigidos referente à titulação mínima e demais documentos necessários, cuja relação encontra-se disponível no endereço eletrônico www.progepe.ufpr.br, bem como submeter-se-á às normas estabelecidas pela Universidade Federal do Paraná.

10.4 – O candidato que apresentar documentos que comprovem a conclusão do curso atestando que o diploma está em fase de expedição, deverá apresentar à PROGEPE o referido diploma registrado, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da data da posse, caso contrário acarretará na abertura de processo administrativo.

10.5 – Os títulos obtidos no exterior deverão estar revalidados no país.

10.6 – Se verificado ausência de documento de título, conforme o exigido no edital do concurso, o candidato poderá ser eliminado a qualquer tempo.

11 - DO REGIME DE TRABALHO

11.1 – O provimento dar-se-á no regime de Dedicção Exclusiva e o candidato além de atender as demais exigências para concessão deste regime, deverá apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua posse, projeto de pesquisa e/ou extensão que será apreciado e aprovado na forma da legislação vigente.

11.2 – No prazo de até 36 (trinta e seis) meses da nomeação, o professor será submetido a aprovação em avaliação de desempenho.

12 - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

O concurso terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do Edital de Homologação do concurso no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido no Art. 12 da Portaria MPOG nº 450 de 06/11/02, publicada no Diário Oficial da União de 07/11/02.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Observados os dispositivos legais, o interesse da administração e o disposto na Portaria 475/87 - MEC, poderão ser aproveitados para nomeação, candidatos aprovados em concursos públicos de outras Instituições Federais de Ensino Superior, bem como a UFPR poderá disponibilizar para outras IFES candidatos remanescentes habilitados neste certame, obedecendo-se rigorosamente a ordem de



classificação do candidato no concurso e, consultados os departamentos ou unidades equivalentes e os conselhos setoriais.

13.2 – Os casos omissos serão julgados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná.

13.3 – O presente Edital, bem como as Resoluções n.º 24/13-CEPE, e n.º 10/05-CEPE, o Decreto 6.944/09, e demais informações, encontram-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://www.progepe.ufpr.br> e na secretaria do setor onde serão realizadas as inscrições.

13.4 – Demais informações, bem como outros concursos para a carreira docente e técnico-administrativa, também estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: <http://www.progepe.ufpr.br>.

Curitiba, 27 de outubro de 2015.

Laryssa Martins Born
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas.

Período de Inscrições: 06/11/2015 até 05/12/2015

PROGRAMAS DAS PROVAS – EDITAL Nº 446/15

ÁREA DE CONHECIMENTO: LINGUÍSTICA/LINGUÍSTICA DA LÍNGUA DE SINAIS

1. Fundamentos de fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e suas implicações nos estudos das Línguas de Sinais;
2. Fundamentos de semântica e pragmática e suas implicações nos aspectos discursivos das Línguas de Sinais;
3. Aspectos morfofonológicos das Línguas de Sinais;
4. A sintaxe espacial das Línguas de Sinais;
5. Sistemas de registro das Línguas de Sinais;
6. Contrastes entre Libras e Língua Portuguesa;
7. Fundamentos legais, sócio-históricos e culturais da educação bilíngue para surdos no Brasil;
8. Políticas linguísticas e ensino de línguas na educação de surdos;
9. Aquisição e ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira (L1) e como segunda (L2) língua;
10. Ensino e aprendizagem do português como segunda língua para surdos.